



ABOP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ORÇAMENTO PÚBLICO



PROPOSTA COMERCIAL Nº 263/2026

Solicitante: Polícia Federal

Tema: 2º Curso Prático de Termo de Execução Descentralizada



treinamento@abop.org.br

61 3224-2613



[abop.sede](https://www.abop.org.br)

www.abop.org.br



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO

QUEM SOMOS

A Associação Brasileira de Orçamento Público, ABOP, é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 04 de dezembro de 1974, com domicílio jurídico em Brasília – DF e regionais estabelecidas em vários estados da União.

Atuamos na Criação, divulgação, aplicação e desenvolvimento de novas técnicas, conceitos procedimentos e normas no campo orçamentário e correlatos.

Reciclamos e capacitamos profissionais de planejamento e orçamento público e áreas afins de todos os poderes e níveis de governo.

Promovemos eventos de aperfeiçoamento das técnicas orçamentárias, disponibilizando aos associados o instrumental adequado para a análise e solução de questões específicas.

Estimulamos a realização de estudos e pesquisas no campo teórico, conceitual e prático relativos às políticas públicas.

Propomos e desenvolvemos formas de participação da sociedade nas decisões incidentes sobre o planejamento e execução orçamentária, gerenciamento e fiscalização das políticas públicas.

Servirmos de fonte de consulta permanente, a nível técnico de informação, aos organismos nacionais e internacionais.

MISSÃO

Desenvolver serviços de ensino e consultoria de qualidade, com ênfase no

conhecimento técnico, prático e integrado e no embasamento teórico amplo e atualizado, visando a contribuir para o melhor desempenho das organizações e para o desenvolvimento sócio-econômico do País.

VISÃO

Tornar-se referência nacional nos treinamentos, capacitações e consultoria para todas as esferas governamentais

VALORES

Ética; profissionalismo;
comprometimento; excelência em
capacitação e responsabilidade
socioambiental.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- ✓ Treinamentos
- ✓ Organiza e realiza cursos de capacitação e reciclagem a funcionários da administração pública, dos diferentes níveis de governo.
- ✓ Pesquisas
- ✓ Publicações
- ✓ Edita boletins Informativos e a Revista ABOP, que abordam temas atualizados sobre políticas públicas.
- ✓ Fomenta, estimula e realiza pesquisas no campo das Políticas Públicas.

PROPOSTA COMERCIAL Nº 263/2026 – CURSO

Brasília-DF, 12 de junho de 2026

1 - DADOS DO SOLICITANTE

Empresa: Polícia Federal

Contato: Daiane Medeiros da Gloria

E-mail: daiane.dmg@pf.gov.br

Telefone: (61) 2024-7750 / (61) 99259-5763

2 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Conforme solicitação dessa Instituição, estamos encaminhando proposta para a realização do **2º Curso Prático de Termo de Execução Descentralizada** – na modalidade presencial, **está previsto** para o período de 06 a 10/07/2026, no horário das 08h às 12h, totalizando 20 (vinte) horas/aula, na sede a ABOP - SCS Quadra 02, Edifício Palácio do Comércio, 8º andar, salas 801/6, CEP: 70.318-900 Bairro: Asa Sul - Brasília – DF.

3 - INVESTIMENTO

O valor por inscrição no curso é de R\$ 2.500,00 (Dois mil e duzentos reais).

Totalizando o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para 04 (quatro) servidores desse órgão.

Promoção: Para cada 05 inscrições efetivadas do mesmo órgão, a 6ª será cortesia.

Neste valor estão incluídas todas as despesas necessárias à realização do curso tais como: elaboração e revisão no material didático (apostilas), certificado, elaboração e revisão de exercícios de trabalhos práticos, mochilas, sala de aula com ambiente climatizado, canetas, blocos, crachás, reprografia, **coffee break**, acompanhamento e coordenação da turma, custo horas/aula, encargos sociais e remuneração a ABOP.

4 – DA CERTIFICAÇÃO

A ABOP fornecerá **Certificado de Conclusão** com aproveitamento, aos participantes que obtiverem frequência igual ou superior a 90% das atividades. Aos demais, que tenham participado abaixo deste percentual, será fornecido **Certificado de Participação**.

5 - ESTRUTURA E CONTEÚDO DO CURSO

2º Curso Prático de Termo de Execução Descentralizada

I - OBJETIVO

Este curso objetiva capacitar profissionais para que, de forma adequada, formalizem, celebrem, executem, acompanhem e prestem contas dos Termos de Execução Descentralizada – TED, com análise dos registros contábeis e impactos no SIAFI.

II - PÚBLICO ALVO

Destina-se a atender o gestor público federal, estadual ou municipal que trabalha nas áreas de orçamento, contabilidade, financeiro, execução, controle interno, patrimonial, bem como os profissionais das diversas áreas e esferas de governo que desejam conhecer de forma prática, Termos de Execução Descentralizada – TED.

III - METODOLOGIA

Ao longo do curso serão apresentados aspectos teóricos e práticos dos temas relacionados. As aulas serão realizadas em Laboratório, com apresentação de slides, resolução de exercícios de fixação e realização de casos práticos e estudos de caso.

IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I – Conceito e Legislação do TED

Conteúdo: 1. Introdução – Transferências voluntárias: conceito, evolução e tipos; – Convênio; – Termo de Cooperação; – Termo de Parceria – Termo de Colaboração; – Termo de Fomento;

– Contratos de Repasse; e Termo de Execução Descentralizada. Legislação – Decreto nº 825, de 28/5/1993; – Portaria Interministerial nº 507/2011; – Mensagem SIAGS nº 051.233, de 31/12/2008;

– Portaria Conjunta nº 8/2012; – Nota nº 01/2014 – Advocacia-Geral da União; – Decreto nº 8.180, de 30/12/2013; – Portaria Conjunta nº 8, de 7/11/2012

Módulo II – Especificidades do TED

Conteúdo: – Tipos de TED; – Execução de interesse recíproco, de atividades de interesse unilateral e de ações sistematizadas; – Ressarcimento de despesas; – Protocolo de intenções; – Objeto;

– Justificativa; – Caracterização de interesses recíprocos; – Relação entre a proposta e o programa federal; – Problema a ser resolvido;

– Público alvo; – Resultados esperados; – Capacidade técnica e gerencial: obrigatoriedade e avaliações que devem ser empreendidas por ocasião da disponibilização do Programa, da formação de parceria com entidade privada sem fins lucrativos, da inclusão da proposta, da análise do Plano de Trabalho ou chamamento público;

– Vigência; – Declaração de contrapartida; – Plurianualidade; – Cláusulas necessárias; – Cláusula suspensiva ou futura; – Prazo de execução

Módulo III – Formalização e Plano de Trabalho do TED

Conteúdo: – Identificação da UG/GESTÃO-descentralizadora, da UG/GESTÃO-recebedora e do termo de descentralização; – Definição da relação jurídica estabelecida entre as partes; –

Estabelecimento da obrigatoriedade da prestação de contas das atividades e de como ela ocorrerá; – Previsão orçamentária; – Vigência e prorrogação; Denúncia e rescisão: Plano de Trabalho e Atribuições das unidades descentralizadora e recebedora dos recursos; – Descrição do objeto; Apresentação das justificativas; – Definição dos resultados esperados e dos cronogramas de execução do projeto e desembolso; – Previsão orçamentária e sua relação com o plano de aplicação; – Declaração do proponente – gestão recebedora; – Aprovação da gestão descentralizadora.

Módulo IV – Projeto Básico e Assinatura do TED

Conteúdo Projetos Básicos/Termos de Referência

– Competências e responsabilidades das partes; - Composição de preços (critérios, metodologia de execução, prazos e preços praticados no mercado da região onde será executado o objeto);- Elementos que devem compor os projetos básicos e os termos de referência; – Destino dos bens remanescentes – a possibilidade de haver doação imediata ou posterior;- Análise desses elementos após a celebração do TED . Assinatura e Publicação – Requisitos para celebração; – Prazos que devem ser observados - Comprovação do exercício de atividades; – Condição de eficácia.

Módulo V – Operacionalização e Prestação de Contas do TED

Conteúdo:. Execução do TED – Liberação de recursos – obediência ao cronograma de desembolso, utilização da conta única do tesouro e aplicação financeira; – Fiscalização da execução do objeto; – Vedações para a execução; – Contratação de terceiros; – Condições gerais para a realização dos pagamentos. Prestação de Contas – Elaboração do relatório de prestação de contas; – Análise de mérito; – Análise financeira; – Relatório de gestão das unidades envolvidas.

6 – FUNDAMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Esclarecemos que a ABOP está inscrita no SICAF, através da Portaria MARE n.º 2139, de 10/07/97. Nosso CNPJ é 00.398.099/0001-21 e a Inscrição Estadual é 07.343.300/001-00. É uma entidade privada sem fins lucrativos voltada fundamentalmente para o ensino, pesquisa e divulgação das técnicas orçamentárias e de gestão pública, fundada em 1974, portanto tem cinquenta anos de experiência no desenvolvimento institucional de órgãos e entidades públicos.

A contratação da ABOP é respaldada pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece procedimentos específicos para as contratações realizadas pela administração pública e de acordo com o art. 75, inc. XV, da referida lei, é permitida a contratação direta por dispensa de licitação em casos excepcionais, nos quais a contratação se mostra necessária e vantajosa para a administração. Nesse contexto, considerando a expertise da ABOP e a relevância dos cursos oferecidos para o aprimoramento profissional dos servidores públicos, magistério de renomados especialistas. Portanto, conforme Orientação Normativa/AGU nº 18, de 01/04/2009 (DOU de 07/04/2009, Seção 1, pág. 14), combinada com a Decisão/TCU nº 439/98 (DOU de 31/07/98), que ratifica a possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação nos casos em que a entidade

contratada demonstre capacidade técnica singular para a prestação dos serviços; podendo-se contratá-la, alternativamente, por dispensa de licitação da forma do art.75, inc. XV da Lei nº 14.133/2021.

7 – DADOS CADASTRAIS, CONTA CORRENTE E VALIDADE

Razão Social: Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP

CNPJ: 00.398.099/0001-21

CF/DF: 07.6343.300/001-00

Endereço: SCS Quadra 02, Edifício Palácio do Comércio, 8º andar, salas 801/6

CEP: 70.318-900 Bairro: Asa Sul - Brasília - DF- Brasil

Telefone: (61) 3224-2613 / 3224-2159

E-mail: abop@abop.org.br, secretaria@abop.org.br, treinamento@abop.org.br

Dados bancários da empresa (conta jurídica)

Banco: 341

Descrição do banco: Itaú

Agência: 8635

Conta corrente nº: 24938-9

Dados dos representantes legais: Senhor Manoel Gomes de Lima - Presidente, portador da Carteira de Identidade nº 60831 SEIS/RN e do CPF nº 003.811.794-00; e o Senhor Eulier Rosa Leite – Secretário-Executivo, portador da Carteira de Identidade nº 1642084 SSP/DF e do CPF nº 811.795.611-04

Antes do início do evento, esse Órgão deverá apresentar o empenho ou outro documento correspondente ao valor de execução do mesmo.

Ressaltamos que esta Proposta só tem valor como pesquisa de mercado, se as propostas dos concorrentes apresentarem-se com a mesma carga horária.

Esta proposta tem validade de 120 dias.

8 - PRINCIPAIS CLIENTES



EXERCITO BRASILEIRO



**FORÇA AÉREA
BRASILEIRA**



MARINHA DO BRASIL



**CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DO DF**



**POLÍCIA MILITAR
DO DF**



**COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE
PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR**



**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO
DOS VALES DO SÃO
FRANCISCO E DO
PARNAÍBA**



**SECRETARIA DE ESTADO
DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO
DO ESTADO DE
RONDÔNIA**



**PREFEITURA DE PORTO
VELHO**



**TRIBUNAL DE
CONTAS DO
ESTADO DE
RONDÔNIA**



MINISTÉRIO DO TURISMO



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO OESTE
DO PARÁ**



**UNIVERSIDADE DO VALE
DO SÃO FRANCISCO**



**EMPRESA BRASILEIRA DE
SERV. HOSPITALARES**



**SUPERIOR
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA**



**INSTITUTO FEDERAL DO
NORTE DE MINAS GRAIS**



**INSTITUTO FEDERAL
DO CEARÁ**



**INSTITUTO FEDERAL DO
PIAUI**



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**



**AGÊNCIA
NACIONAL DE
ÁGUAS**

EULIER ROSA LEITE

Secretário-Executivo

A ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público é uma entidade privada sem fins lucrativos voltada fundamentalmente para o ensino, pesquisa e divulgação das técnicas orçamentárias e de gestão pública, com dezenas de anos de experiência no desenvolvimento institucional de órgãos e entidades públicos. Seus cursos abertos, sob o magistério de renomados especialistas, são contratados preferencialmente por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 74, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, conforme Orientação Normativa/AGU nº 18, de 01/04/2009 (DOU de 07/04/2009, Seção 1, pág. 14), combinada com a Decisão/TCU nº 439/98 (DOU de 31/07/98); podendo-se contratá-la, alternativamente, por dispensa de licitação da forma do art. 75, inc. XV da Lei nº 14.133/2021.